

BOLETIM DE EMENDAS PARLAMENTARES

Execução orçamentária e financeira

Ano 2 | n. 1 | 2016



Câmara dos Deputados
Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira



Brasília/junho de 2016

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

55ª Legislatura – 2015-2019

2ª Sessão Legislativa

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Waldir Maranhão

1º VICE-PRESIDENTE

Waldir Maranhão

2º VICE-PRESIDENTE

Giacobo

1º SECRETÁRIO

Beto Mansur

2º SECRETÁRIO

Felipe Bornier

3ª SECRETÁRIA

Mara Gabrilli

4º SECRETÁRIO

Alex Canziani

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º SUPLENTE

Mandetta

2º SUPLENTE

Gilberto Nascimento

3ª SUPLENTE

Luiza Erundina

4º SUPLENTE

Ricardo Izar

DIRETOR-GERAL

Rômulo de Sousa Mesquita

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Silvio Avelino da Silva

BOLETIM DE EMENDAS PARLAMENTARES

Execução orçamentária e financeira

Ano 2 | n. 1 | 2016



Câmara dos Deputados
Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira



Brasília/junho de 2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho

CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Diretor: Ricardo Alberto Volpe

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor: André Freire da Silva

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diretora: Heloísa Helena S. C. Antunes

BOLETIM DE EMENDAS PARLAMENTARES

Órgão responsável:

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da
Câmara dos Deputados – Conof

Anexo II, Pavimento Superior, Ala B, Sala 116

Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

EDIÇÕES CÂMARA

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Câmara dos Deputados, Anexo II

Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809

editora@camara.leg.br

COLABORADORES:

Arthur Falcão Freire Kronenberger

Eugênio Greggianin

Fernando José de Medeiros

Hélio Martins Tollini

Romiro Ribeiro

Túlio Cambraia

Projeto gráfico de capa e miolo

Diego Moscardini

Diagramação

Mariana Rausch Chuquer

Ilustração capa

© Iuchschen – Thinkstock

Revisão

Sandra Gomes Serra e Tajla Maria Viana Sobreira Bezerra

Boletim de emendas parlamentares : execução orçamentária e financeira / Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. – Ano 1, n. 1 (junho. 2015)-. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015-. v.

ISSN 2447-8512

1. Emenda parlamentar, periódico, Brasil. 2. Execução orçamentária, periódico, Brasil. I. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira.

CDU 336.126(05)

BOLETIM DE EMENDAS

PARLAMENTARES

Execução orçamentária e financeira

» *Exercício financeiro de 2015*

Lista de siglas

CN	Congresso Nacional
CMO	Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização
Conof	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
DPU	Defensoria Pública da União
GND	Grupo de natureza de despesa
IFI	Inversões financeiras
INV	Investimentos
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MPU	Ministério Público da União
MF	Ministério da Fazenda
MPU	Ministério Público da União
ODC	Outras Despesas Correntes
PLN	Projeto de lei do Congresso Nacional
PLOA	Projeto de lei orçamentária anual
Prodasen	Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal
RAP	Restos a pagar
RCL	Receita corrente líquida
RP	Resultado primário
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siga	Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos
Selor	Sistema de Apoio à Elaboração de Leis Orçamentárias
Silor	Sistema de Indicação Legislativa Orçamentária
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

Sumário

Apresentação.....	7
Considerações metodológicas	8
1 Orçamento impositivo	9
1.1 Montante de execução obrigatória das emendas individuais	10
1.2 Emendas individuais aprovadas por GND e modalidade de aplicação	11
1.3 Emendas individuais aprovadas por área temática	14
1.4 Emendas individuais com impedimentos.....	15
1.5 Emendas individuais – Frequência dos tipos de impedimento.....	16
1.6 Emendas individuais – Impedimentos por órgão	17
1.7 Emendas individuais – Providências adotadas.....	18
1.8 Emendas individuais – Crédito suplementar em razão dos impedimentos	19
1.9 Emendas individuais – Decreto em razão dos impedimentos	20
2 Execução orçamentária e financeira das dotações decorrentes de emendas individuais	21
2.1 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais	22
2.2 Valores empenhados mensalmente relativos às dotações decorrentes de emendas individuais.....	24
2.3 Valores empenhados, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais	25
2.4 Valores pagos mensalmente, inclusive restos a pagar, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais	26
2.5 Valores pagos, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais	27
2.6 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por órgão.....	29
2.7 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por modalidade de aplicação.....	31
2.8 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por GND.....	33

3	Execução orçamentária e financeira das emendas coletivas.....	35
	3.1 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas	36
	3.2 Valores empenhados mensalmente relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas	37
	3.3 Valores empenhados, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas	38
	3.4 Valores pagos mensalmente, inclusive restos a pagar, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas	39
	3.5 Valores pagos, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas	40
	3.6 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por órgão	42
	3.7 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por modalidade de aplicação	44
	3.8 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por GND.....	46

Apresentação

O *Boletim de Emendas Parlamentares*, elaborado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara dos Deputados, apresenta de forma sintética a execução das programações derivadas de emendas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) dos últimos anos, com ênfase no ano de 2015.

Tal acompanhamento desperta interesse dos mais variados públicos e ganha relevância em face do orçamento impositivo, que corresponde à obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais nos termos estabelecidos na Emenda Constitucional nº 86, de 2015.

Nesse contexto, o *Boletim* teve como principal foco as emendas parlamentares individuais, considerando os seguintes aspectos: apresentação, execução orçamentária e financeira recente, informações dos impedimentos e indicações legislativas. Adicionalmente, apresenta informações sobre a execução orçamentária e financeira das emendas coletivas (apresentadas por comissões permanentes das Casas do Congresso Nacional e pelas bancadas estaduais).

A presente publicação contribui para o acompanhamento e a fiscalização da execução orçamentária das emendas e para os debates acerca das normas que dispõem sobre o orçamento impositivo.

Agradeço aos servidores da Conof que participaram diretamente da elaboração deste Boletim, assim como aos parceiros dos diversos órgãos da Casa que contribuíram para a execução deste trabalho.

Ricardo Alberto Volpe
Diretor da Conof

Para fins de levantamento dos dados relativos à execução das programações decorrentes de emendas, alguns aspectos tiveram que ser considerados. Até 2013, não havia classificação orçamentária para identificação dos recursos das programações decorrentes das emendas individuais, o que dificultava o rastreamento de remanejamentos de dotações oriundas de emendas individuais. Em 2014, foi definido um classificador para identificação de dotações decorrentes de emendas individuais, marcada com resultado primário igual a 6 (RP6). No entanto, o marcador não especifica o autor da emenda, o que somente estará disponível em 2015, por determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015. Para as emendas coletivas, não existem classificadores que possibilitem a identificação das dotações constantes do orçamento.

Em razão da dificuldade apontada para definir o valor exato da dotação originada de emendas, os dados utilizados ficaram restritos àqueles decorrentes de programações cujas dotações da Lei Orçamentária Anual (LOA) foram oriundas exclusivamente de emendas individuais e coletivas (emendas exclusivas) e não totalmente canceladas ao longo do exercício.

Apesar de os dados utilizados para o acompanhamento da execução não refletirem integralmente o total dos recursos das emendas individuais e coletivas, o montante da amostra é bastante representativo e pode ser considerado um indicador do nível de execução das programações decorrentes das emendas.

Considerações METODOLÓGICAS

1 Orçamento IMPOSITIVO

1.1 Montante de execução obrigatória das emendas individuais

De acordo com os §§ 9º e 11 do art. 166 da Constituição Federal, é obrigatória a execução orçamentária e financeira das dotações decorrentes de emendas individuais e com identificador de resultado primário 6 (RP6) até o montante de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) apurada no exercício anterior. No entanto, o montante de execução obrigatória pode ser reduzido em virtude de contingenciamentos e impedimentos de ordem técnica. O contingenciamento

incide sobre despesas discricionárias e decorre da necessidade de cumprir a meta de resultado primário. O impedimento de ordem técnica deriva de situações fáticas que impeçam a execução da dotação.

A tabela 1 mostra o valor aprovado para as emendas individuais, a obrigatoriedade de sua execução e o cumprimento da obrigatoriedade.

Tabela 1 – LOA/2015: Obrigatoriedade de execução das emendas individuais

Valores em milhões de reais

Item	Valor
a) Autorizado = aprovado	9.663,7
Poder Executivo	9.594,7
Poder Judiciário e demais poderes	69,1
b) Obrigatoriedade da execução	
Limite inicial de 1,2% da RCL de 2014	7.698,9
Poder Executivo	7.643,9
Poder Judiciário e demais poderes	55,0
Limite de execução – 2º bimestre	4.978,0
Poder Executivo	4.942,5
Poder Judiciário e demais poderes	35,6
Limite de execução – 3º bimestre	4.647,9
Poder Executivo	4.614,7
Poder Judiciário e demais poderes	33,2
Limite de execução – 5º bimestre	4.111,1
Poder Executivo	4.081,8
Poder Judiciário e demais poderes	29,4
c) Cumprimento da obrigatoriedade da execução	
Execução orçamentária (% da obrigação)	1.217,6 (29,62%)
Execução financeira (% da obrigação)	2.520,7 (61,31%)

Fonte: Siafi e SOF – Relatórios de avaliação bimestral dos 2º, 3º, 4º e 5º bimestres.

1.2 Emendas individuais aprovadas por GND e modalidade de aplicação

A tabela 2 mostra as emendas individuais por modalidade de aplicação – que aponta se o gasto vai ser realizado diretamente pela União ou se será transferido para outro ente – e por grupo de natureza de despesa (GND) – que classifica os dispêndios em investimentos, custeio e inversões financeiras.

Tabela 2 – PLOA/2015: Emendas individuais apresentadas por modalidade de aplicação/GND

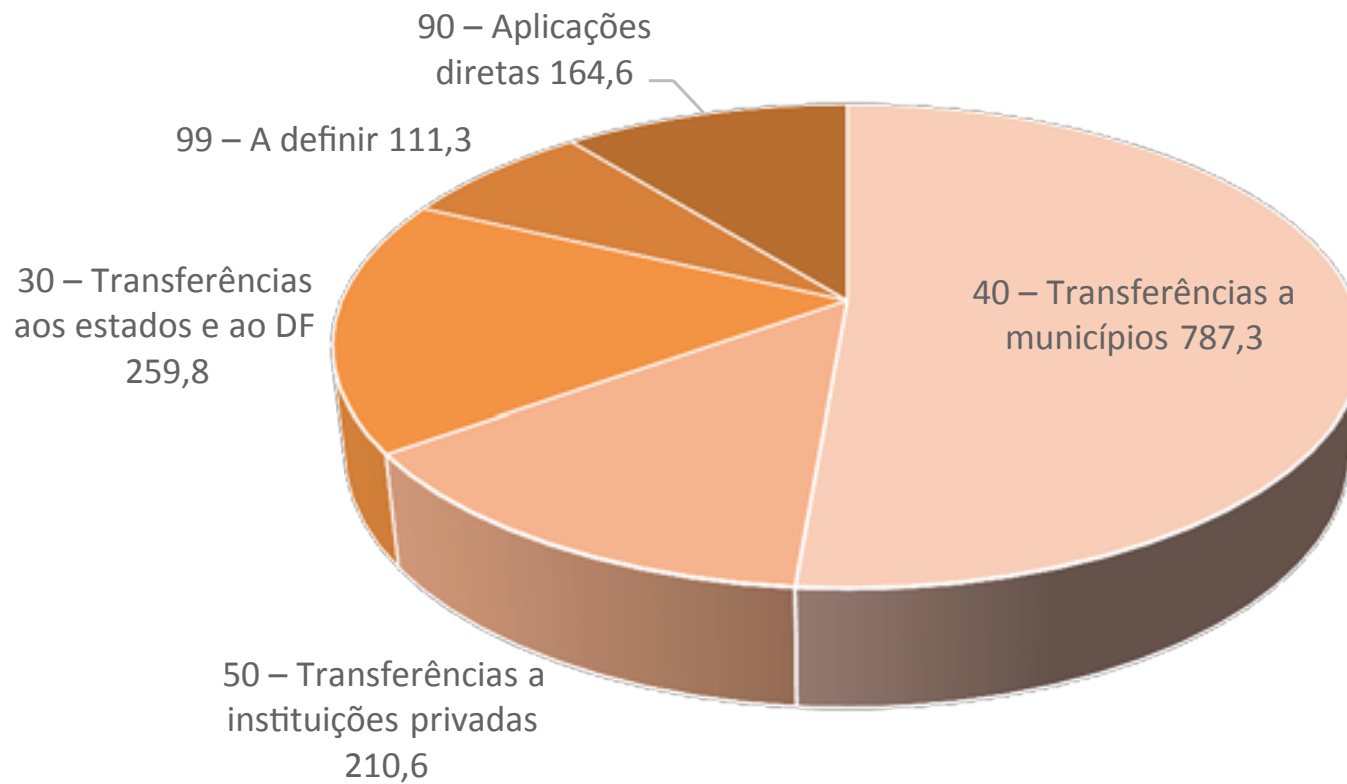
Valores em milhões de reais

Modalidade de aplicação	3-ODC	4-INV	5-IFI	%Total	Total
40 – Transferências a municípios	787,3	5.494,3	0,6	6.282,2	65,00
50 – Transferências a instituições privadas	210,6	827,9		1.038,6	10,74
30 – Transferências aos estados e ao DF	259,8	688,8		948,7	9,81
99 – A definir	111,3	713,8	0,2	825,3	8,54
90 – Aplicações diretas	164,6	368,1	14,8	547,4	5,66
71 – Consórcios públicos		18,8		18,8	0,19
36 – Transferências FDO a FDO aos estados e ao DF – art. 25		1,5		1,5	0,01
41 – Transferências a municípios – FDO a FDO		1,3		1,3	0,013
Total	1.533,7	8.114,5	15,6	9.663,7	100

Fonte: Siafi.

Gráfico 1 – Emendas individuais apresentadas por modalidade de aplicação/GND 3

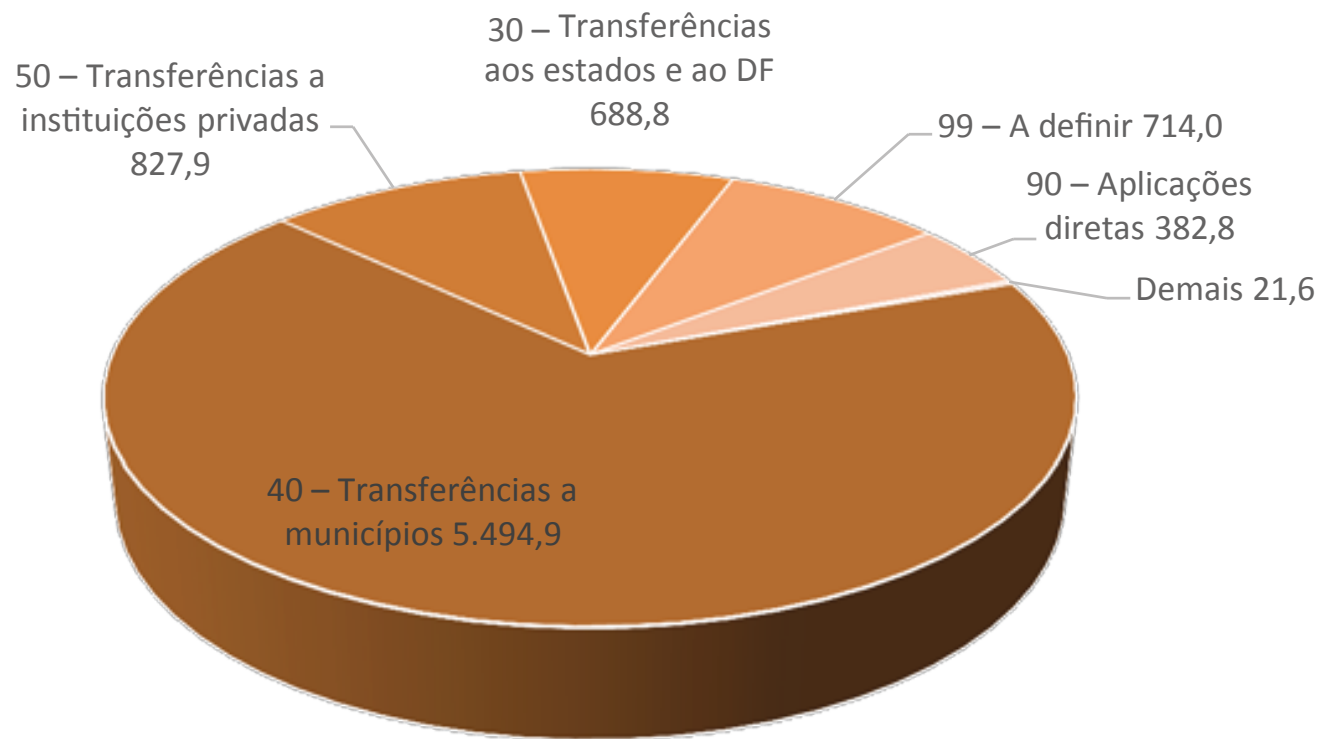
Valores em milhões de reais



Fonte: Siafi.

Gráfico 2 – Emendas individuais apresentadas por modalidade de aplicação/GNDs 4 e 5

Valores em milhões de reais



Fonte: Siafi.

1.3 Emendas individuais aprovadas por área temática

O § 9º do art. 166 da Constituição Federal estabelece que metade do montante das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária anual deve ser destinada às ações e serviços públicos de saúde.

A tabela 3 apresenta a quantidade e o montante de emendas individuais aprovadas por setor para os anos selecionados.

Tabela 3 – Emendas individuais aprovadas por setor

Valores em milhões de reais

Setor	2013		2014		2015		2015-2013	2015-2014
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Valor	Valor
1 Infraestrutura	13	8,0	3	5,8	3	3,2	-4,7	-2,6
2 Saúde	2.329	2.160,8	3.252	4.478,8	4.037	5.027,2	2.866,4	548,4
3 Integração nacional e meio ambiente	265	430,1	220	272,2	278	365,4	-64,8	93,2
4 Educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte	1.732	1.549,7	1.409	956,1	1.287	913,7	-636,0	-42,4
5 Planejamento e desenvolvimento urbano	886	1.896,8	733	1.299,8	1.172	1.781,0	-115,8	481,2
6 Fazenda, desenvolvimento e turismo	564	832,8	398	439,0	377	339,3	-493,5	-99,7
7 Justiça e defesa	461	569,7	458	402,6	470	454,1	-115,6	51,5
8 Poderes do Estado e representação	374	160,9	436	157,3	358	135,1	-25,8	-22,2
9 Agricultura e desenvolvimento agrário	778	1.110,0	628	595,5	564	548,4	-561,5	-47,0
10 Trabalho, previdência e assistência social	277	159,7	231	101,5	202	96,4	-63,4	-5,2
Total	7.679	8.878,5	7.768	8.708,6	8.748	9.663,7	785,2	955,1

Fonte: Selor/Prodasen.

1.4 Emendas individuais com impedimentos

Os poderes, o Ministério Público da União (MPU) e a Defensoria Pública da União (DPU), no prazo de 120 dias da publicação da lei orçamentária, verificam os impedimentos para execução das programações decorrentes de emendas individuais e informam as justificativas ao Congresso Nacional, conforme disposto no inciso I do § 14 do art. 166 da Constituição Federal.

Tabela 4 – LOA/2015: Emendas com impedimento por tipo de autor

Valores em milhões de reais

Tipo de autor	Quantidade de autores	Quantidade de emendas				Valor do impedimento			
		Impedimento parcial	Impedimento total	Impedimento por não indicação de beneficiário	Soma geral	Impedimento parcial	Impedimento total	Impedimento por não indicação de beneficiário	Soma geral
Deputado	499	1.733	1.204	-	2.937	1.208,57	867,16	537,00	2.612,73
Senador	78	272	153	-	425	187,61	97,88	62,90	348,39
Total	577	2.005	1.357	-	3.362	1.396,18	965,04	599,90	2.961,12

Fonte: Silor/CN e Mensagem 10/2015.

1.5 Emendas individuais – Frequência dos tipos de impedimento

Tabela 5 – LOA/2015: Justificativas das emendas com impedimento

Justificativas	2015	
	Frequência	Porcentagem
Desistência do proponente	7	0,08%
Falta de razoabilidade dos valores, incompatibilidade do valor proposto com o cronograma de execução do projeto ou proposta de valor que impeça a conclusão de uma etapa útil do projeto	57	0,69%
Incompatibilidade do objeto indicado com a finalidade da ação orçamentária	29	0,35%
Incompatibilidade do objeto indicado com o programa do órgão ou da entidade executora	42	0,51%
Não apresentação do plano de trabalho no prazo	7.229	87,75%
Não aprovação do plano de trabalho	76	0,92%
Não atendimento dos ajustes solicitados pelos ministérios aos estados, aos municípios e às entidades privadas no prazo	516	6,26%
Não indicação do beneficiário e respectivo valor da emenda no prazo estabelecido	7	0,08%
Outros	275	3,34%
Saldo não indicado pelo beneficiário da emenda	0	0,00%
Total	8.238	100,00%

Fonte: Silor/CN e Mensagem 10/2015.

1.6 Emendas individuais – Impedimentos por órgão

Tabela 6 – LOA/2015: Emendas com impedimentos por órgão

Valores em milhões de reais

Órgão	Impedimento sobre parte do valor da emenda		Impedimento sobre o valor total da emenda		Geral	
	Quantidade de emendas	Valor do impedimento	Quantidade de emendas	Valor do impedimento	Quantidade de emendas	Valor do impedimento
Defensoria Pública da União	1	1,50	1	1,00	2	2,50
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	88	42,47	39	25,41	127	67,88
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	10	14,49	9	5,10	19	19,59
Ministério da Cultura	37	15,61	62	24,55	99	40,16
Ministério da Defesa	3	1,14	6	2,12	9	3,26
Ministério da Educação	12	10,28	23	13,18	35	23,46
Ministério da Integração Nacional	18	18,13	3	1,20	21	19,33
Ministério da Justiça	26	12,58	47	29,77	73	42,35
Ministério da Pesca e Aquicultura	0	0,00	1	0,50	1	0,50
Ministério da Saúde	1.448	1.055,95	903	692,03	2.351	1.747,98
Ministério das Cidades	226	166,60	114	95,44	340	262,04
Ministério de Minas e Energia	0	0,00	1	0,35	1	0,35
Ministério do Desenvolvimento Agrário	27	9,34	16	8,46	43	17,80
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	6	2,84	4	1,10	10	3,94
Ministério do Esporte	47	23,82	39	19,42	86	43,23
Ministério do Meio Ambiente	0	0,00	6	2,75	6	2,75
Ministério do Turismo	45	18,83	62	36,95	107	55,78
Ministério dos Transportes	1	1,25	1	1,00	2	2,25
Presidência da República	1	0,10	2	1,00	3	1,10
Secretaria da Micro e Pequena Empresa	1	0,10	1	0,70	2	0,80
Secretaria de Direitos Humanos	4	0,68	14	2,61	18	3,29
Secretaria de Políticas para as Mulheres	4	0,50	3	0,40	7	0,90
Total	2.005	1.396,20	1.357	965,05	3.362	2.361,25

Fonte: Silor/CN e Mensagem 10/2015.

1.7 Emendas individuais – Providências adotadas

A fim de superar os impedimentos apontados pelos poderes da República, MPU e DPU, os parlamentares tiveram a oportunidade de indicar as medidas corretivas ou necessárias para execução das respectivas dotações, conforme disposto no inciso II do § 14 do art. 166 da Constituição Federal. O procedimento foi disciplinado na Instrução Normativa nº 1, de 2014, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A maioria dos casos de

impedimentos é sanada por meio de medidas administrativas saneadoras, decretos para remanejamento de programação e alterações de modalidade e grupo de natureza de despesa.

A tabela 7 demonstra os montantes das emendas por tipo de providência a ser adotada.

Tabela 7 – LOA/2015: Emendas individuais com impedimentos e indicações

Tipo de autor	Emendas com impedimento	Emendas com indicações legislativas sem medidas saneadoras	Emendas com indicações legislativas com medidas saneadoras	Emendas apenas com medidas saneadoras	Emendas sem nenhuma providência
Deputado	2.937	135	166	935	1.701
Senador	425	23	34	139	229
Total	3.362	158	200	1.074	1.930

Fonte: Silor/CN.

1.8 Emendas individuais – Crédito suplementar em razão dos impedimentos

Com base nas indicações legislativas, o Executivo envia ao Congresso Nacional projetos de lei de créditos adicionais, conforme disposto no inciso III do § 14 do art. 166 da Constituição Federal, a fim de remanejar as programações cujo impedimento seja insuperável.

A tabela 8 apresenta o montante dos recursos dos projetos por órgão e tipo de crédito.

Tabela 8 – LOA/ 2014: Crédito especial e suplementar derivado da indicação legislativa

Valores em milhões de reais

Órgão	Crédito especial (PLN 8/2015)	Crédito suplementar (PLN 9/2015)
Ministério da Justiça	800.000	
Ministério da Saúde	3.260.000	3.600.000
Ministério da Cultura	850.000	
Secretaria de Direitos Humanos	150.000	
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		1.850.000
Ministério do Meio Ambiente		300.000
Ministério das Cidades		300.000
Total	5.060.000	6.050.000

Fonte: PLN 8/2015 e PLN 9/2015.

1.9 Emendas individuais – Decreto em razão dos impedimentos

Com base na autorização prevista na Constituição Federal e na LOA, o Poder Executivo promove remanejamentos e ajustes por meio de decretos e portarias, no grupo de natureza de despesa e nas modalidades de aplicação de programações orçamentárias.

Tabela 9 – Decreto de remanejamento e ajustes

Valores em milhões de reais	
Órgão	Valor
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	500.000
Ministério da Ciência e Tecnologia	200.000
Ministério da Justiça	770.272
Ministério da Saúde	46.086.123
Ministério da Cultura	1.250.000
Ministério do Meio Ambiente	1.000.000
Ministério do Esporte	800.000
Ministério da Defesa	600.000
Ministério da Integração Nacional	1.500.000
Ministério do Turismo	1.310.000
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	1.800.000
Ministério das Cidades	1.203.412
Secretaria de Direitos Humanos	362.000
Secretaria de Políticas para as Mulheres	350.000
Total	57.731.807

Fonte: Decreto de 30 de setembro de 2015.

2

Execução orçamentária e financeira
das dotações decorrentes de
EMENDAS INDIVIDUAIS

2.1 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais

A tabela 10 mostra a execução do ano e de restos a pagar das emendas individuais em anos selecionados.

Tabela 10 – Execução das emendas individuais (valores nominais)

Valores em milhões de reais

Execução	Item	2012	2013	2014
No exercício	Dotação inicial	8.299,9	8.424,0	8.167,2
	Autorizado	8.393,4	8.453,5	8.241,7
	Empenhado	3.983,7	5.057,6	5.876,2
	Pago	288,6	139,6	125,7
RAP	Inscrito	7.266,7	7.768,3	9.443,2
	Cancelado	971,5	969,7	944,1
	Pago	2.221,9	2.273,6	2.214,7
	A pagar	4.073,2	4.525,2	6.284,4

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 31/10/2015.

Tabela 11 – Execução das emendas individuais entre janeiro e outubro

Valores em milhões de reais

Execução	Item	2013	2014	2015
No exercício	Dotação inicial	8.424,0	8.167,2	9.681,8
	Autorizado	8.435,4	8.230,9	9.665,4
	Empenhado	3.068,4	4.836,7	1.217,6
	Pago	10,5	13,8	9,8
RAP	Inscrito	7.768,3	9.443,2	12.034,9
	Pago	1.918,6	1.955,1	2.510,9
	Cancelado	450,8	277,3	349,3
	A pagar	5.399,1	7.210,8	9.174,7

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 31/10/2015.

2.2 Valores empenhados mensalmente relativos às dotações decorrentes de emendas individuais

A tabela 12, com os valores empenhados mensalmente, demonstra grande sazonalidade no cronograma de empenho para os exercícios selecionados.

Tabela 12 – Valores empenhados mensalmente

Mês	Valores em milhões de reais		
	2013	2014	2015
Janeiro	0,0	0,0	0,0
Fevereiro	0,0	0,8	0,0
Março	1,3	0,0	0,0
Abril	2,9	0,2	4,8
Maiο	1,3	968,0	1,3
Junho	2,9	1.785,9	7,1
Julho	249,4	1.305,9	2,5
Agosto	1.750,3	46,7	6,3
Setembro	58,3	504,2	-1,6
Outubro	1.002,1	224,9	0,0
Novembro	1.106,0	459,5	0,0
Dezembro	883,2	580,0	0,0
Total	5.057,6	5.876,2	20,3
Total/RCL do ano anterior (%)	0,82	0,90	0,00

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 31/10/2015.

2.3 Valores empenhados, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais

A tabela 13, construída com os valores de empenhos acumulados mês a mês, é uma maneira de mostrar, de forma segregada, o impacto dos empenhos efetuados mensalmente e quanto representa percentualmente da RCL do ano anterior.

Tabela 13 – Valores empenhados, acumulados mensalmente

Valores em milhões de reais

Mês	2013				2014				2015			
	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado	% RCL ano anterior
Janeiro	0,0	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
Fevereiro	0,0	0,00	0,00	0,00	0,8	0,01	0,0	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
Março	1,3	0,03	0,02	0,00	0,9	0,01	0,0	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
Abril	4,2	0,08	0,05	0,00	1,1	0,02	0,0	0,00	4,8	23,38	0,05	0,0
Maiο	5,5	0,11	0,07	0,00	969,0	16,49	11,8	0,15	6,1	29,93	0,06	0,0
Junho	8,4	0,17	0,10	0,00	2.755,0	46,88	33,4	0,42	13,1	64,63	0,14	0,0
Julho	257,8	5,10	3,05	0,04	4.060,8	69,11	49,3	0,62	15,6	76,95	0,16	0,0
Agosto	2.008,0	39,70	23,75	0,33	4.107,6	69,90	49,8	0,63	21,9	107,87	0,23	0,0
Setembro	2.066,4	40,86	24,44	0,33	4.611,8	78,48	56,0	0,70	20,3	100,00	0,21	0,0
Outubro	3.068,4	60,67	36,30	0,50	4.836,7	82,31	58,7	0,74	20,3	100,00	0,21	0,0
Novembro	4.174,4	82,54	49,38	0,68	5.296,2	90,13	64,3	0,81	-	-	-	-
Dezembro	5.057,6	100,00	59,83	0,82	5.876,2	100,00	71,3	0,90	-	-	-	-

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 31/10/2015.

2.4 Valores pagos mensalmente, inclusive restos a pagar, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais

A tabela 14 mostra os valores pagos mensalmente para os exercícios selecionados. Os pagamentos feitos representam basicamente pagamentos de restos a pagar de emendas individuais de anos anteriores. Diferentemente do crono-

grama de empenho, os pagamentos mostram-se mais regulares e distribuídos ao longo de todos os meses, porque dependem da execução física e de medições de milhares de convênios e contratos.

Tabela 14 – Valores pagos mensalmente

Valores em milhões de reais

Mês	2013	2014	2015
Janeiro	58,5	105,0	414,3
Fevereiro	171,2	194,0	150,9
Março	235,9	168,6	39,9
Abril	173,9	344,3	29,0
Maió	223,4	301,2	72,5
Junho	200,2	353,9	93,9
Julho	249,1	242,9	167,4
Agosto	328,4	98,8	415,7
Setembro	111,0	49,1	691,6
Outubro	177,3	111,2	0,0
Novembro	177,0	170,3	0,0
Dezembro	307,2	201,2	0,0
Total	2.413,3	2.340,3	2.075,0
Total/RCL do ano anterior (%)	0,39	0,36	0,32

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 31/10/2015

2.5 Valores pagos, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais

A tabela 15 foi construída com os valores pagos, acumulados mês a mês, nos exercícios selecionados. Ela mostra, de forma segregada, o impacto dos pagamentos efetuados mensalmente em cada ano. Diferentemente do cronogra-

ma de empenho, os pagamentos dependem da execução física dos contratos e convênios, e somente podem ser feitos depois das medições e da efetiva entrega do bem ou serviço.

Tabela 15 – Valores pagos, acumulados mensalmente

Valores em milhões de reais

Ano	2013			2014			2015		
	Valores nominais	% Pago	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Pago	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Pago	% RCL ano anterior
Janeiro	58,5	2,43	0,01	105,0	4,49	0,02	414,3	19,97	0,06
Fevereiro	229,7	9,52	0,04	299,0	12,77	0,05	565,2	27,24	0,09
Março	465,6	19,30	0,08	467,5	19,98	0,07	605,0	29,16	0,09
Abril	639,6	26,50	0,10	811,8	34,69	0,12	634,0	30,55	0,10
Maiο	863,0	35,76	0,14	1.113,0	47,56	0,17	706,5	34,05	0,11
Junho	1.063,2	44,06	0,17	1.466,9	62,68	0,22	800,3	38,57	0,12
Julho	1.312,3	54,38	0,21	1.709,8	73,06	0,26	967,7	46,64	0,15
Agosto	1.640,8	67,99	0,27	1.808,6	77,28	0,28	1.383,4	66,67	0,22
Setembro	1.751,8	72,59	0,28	1.857,7	79,38	0,28	2.075,0	100,00	0,32
Outubro	1.929,1	79,94	0,31	1.968,9	84,13	0,30	2.075,0	100,00	0,32
Novembro	2.106,1	87,27	0,34	2.139,2	91,40	0,33	-	-	-
Dezembro	2.413,3	100,00	0,39	2.340,3	100,00	0,36	-	-	-

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 31/10/2015.

Tabela 16 – Pagamentos efetuados entre janeiro e outubro

Valores em milhões de reais

Execução	Financeira	2013	2014	2015
Valores nominais	Pago no ano	10,5	13,8	9,8
	Restos a pagar	1.918,6	1.955,1	2.510,9
	Total	1.929,1	1.968,9	2.520,7
% RCL do ano anterior	Pago no ano	0,00	0,00	0,00
	Restos a pagar	0,31	0,30	0,39
	Total	0,31	0,30	0,39

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 31/10/2015.

2.6 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por órgão

A tabela 17 mostra os pagamentos de dotações decorrentes de emendas individuais, inclusive de restos a pagar inscritos de anos anteriores. O exame da execução por órgão permite constatar as diferenças quanto à taxa de execução orçamentária e financeira.

Tabela 17 – Execução orçamentária das emendas individuais por órgão

Valores em milhões de reais

Órgão	2012					2013					2014				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Ministério das Cidades	1.520,9	792,4	4,2	1.838,3	559,8	1.891,7	1.189,6	0,4	1.894,3	435,0	1.284,6	1.092,6	0,0	2.398,4	324,9
Ministério da Saúde	2.114,6	881,8	172,4	1.177,7	271,4	2.047,5	871,0	98,1	1.508,8	509,8	4.255,9	2.794,7	0,1	1.586,1	567,5
Ministério do Turismo	833,8	360,3	7,1	1.369,5	393,2	805,7	519,7	2,4	1.155,1	219,4	425,5	341,3	1,9	1.313,4	155,1
Ministério do Esporte	671,8	344,4	1,1	933,0	230,1	701,1	479,7	0,0	919,3	161,4	461,3	362,0	1,4	1.126,8	135,1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	790,5	458,1	2,4	441,6	263,9	785,3	541,4	3,6	611,5	279,7	422,2	316,7	70,0	822,2	376,1
Ministério da Integração Nacional	481,7	255,0	5,8	668,7	125,0	410,1	325,8	7,9	622,1	145,2	255,6	203,7	2,2	676,7	131,4
Ministério da Educação	507,4	231,2	47,8	232,0	93,2	404,8	230,4	6,4	251,9	118,1	233,5	168,5	7,0	336,2	61,2
Ministério da Defesa	297,2	159,8	10,8	233,0	111,4	395,8	307,0	5,7	231,4	156,8	231,2	174,8	15,7	356,4	170,7
Ministério do Desenvolvimento Agrário	210,0	125,4	2,4	69,1	47,5	238,4	179,1	0,0	137,0	80,5	127,8	102,4	0,0	230,9	97,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	143,3	81,5	0,5	64,2	27,7	97,1	48,9	0,0	94,4	41,7	82,4	58,7	10,1	88,7	32,2
Demais	822,2	293,8	34,1	239,5	98,7	675,9	365,0	15,1	342,4	125,9	461,7	260,7	17,3	507,5	163,2
Total	8.393,4	3.983,7	288,6	7.266,7	2.221,9	8.453,5	5.057,6	139,6	7.768,3	2.273,6	8.241,7	5.876,2	125,7	9.443,2	2.214,7

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 31/10/2015.

Tabela 18 – Execução orçamentária das emendas individuais por órgão entre janeiro e outubro

Valores em milhões de reais

Órgão	2013					2014					2015				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Ministério da Saúde	2.046,5	761,2	0,0	1.508,8	438,1	4.258,0	2.074,0	0,1	1.586,1	489,5	5.027,6	452,1	0,0	3.707,0	817,5
Ministério das Cidades	1.892,5	461,1	0,0	1.894,3	350,5	1.284,6	1.047,8	0,0	2.398,4	322,7	1.781,7	462,6	0,0	2.915,1	514,1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	785,3	358,1	1,2	611,5	259,2	422,2	284,3	3,3	822,2	321,8	395,8	0,7	0,0	596,2	230,5
Ministério do Esporte	699,5	308,2	0,0	919,3	142,7	461,3	333,1	0,0	1.126,8	119,1	366,6	58,1	0,0	1.228,2	194,9
Ministério da Educação	405,2	137,8	1,9	251,9	112,5	233,3	136,2	2,1	336,2	56,3	359,1	29,0	0,8	424,3	57,6
Ministério da Defesa	395,8	218,4	0,7	231,4	100,6	231,2	154,8	0,0	356,4	103,3	355,9	31,5	0,0	317,7	70,5
Ministério da Integração Nacional	410,1	244,9	3,1	622,1	126,8	253,9	191,5	1,2	676,7	122,6	347,6	40,7	0,0	658,2	130,0
Ministério do Turismo	801,8	268,7	1,7	1.155,1	170,4	428,2	325,5	0,3	1.313,4	150,0	337,0	43,2	0,5	1.380,7	182,6
Ministério do Desenvolvimento Agrário	238,4	86,0	0,0	137,0	70,6	128,3	82,9	0,0	230,9	94,7	137,9	26,6	0,0	215,7	115,1
Ministério da Cultura	203,3	54,2	0,4	86,2	18,0	131,2	19,6	1,9	165,7	18,8	119,0	2,7	0,0	163,6	23,2
Demais	557,0	169,8	1,4	350,7	129,2	398,7	187,0	4,8	430,5	156,4	437,2	70,4	8,6	428,1	174,9
Total	8.435,4	3.068,4	10,5	7.768,3	1.918,6	8.230,9	4.836,7	13,8	9.443,2	1.955,1	9.665,4	1.217,6	9,8	12.034,9	2.510,9

Fonte: Siga (20/11/2015).

Execução até 31/10/2015.

2.7 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por modalidade de aplicação

A tabela 19 mostra os pagamentos de dotações decorrentes de emendas individuais, inclusive de restos a pagar inscritos de anos anteriores, de acordo com a modalidade de aplicação. A grande parte das emendas é destinada aos

municípios. O exame da proporção dos valores pagos por modalidade de aplicação mostra diferentes taxas de execução financeira, dependendo da modalidade e do exercício.

Tabela 19 – Execução orçamentária das emendas individuais por modalidade de aplicação

Valores em milhões de reais

Modalidade de aplicação	2012					2013					2014				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Transferências a municípios	4.956,7	2.303,9	35,1	5.958,9	1.802,4	5.505,7	3.387,2	10,9	5.619,4	1.388,3	4.088,3	2.572,5	83,8	6.819,8	1.202,1
Transferências aos estados e ao DF	1.026,8	440,3	49,0	530,7	102,5	638,9	258,9	3,6	723,7	165,3	374,1	198,0	2,2	696,9	155,2
Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	647,8	234,7	3,1	381,2	93,7	440,7	171,6	3,8	467,4	221,0	744,8	477,4	5,1	371,5	142,3
Aplicações diretas	557,0	257,3	24,0	266,7	149,0	458,6	287,2	19,3	333,4	175,6	397,0	269,9	19,0	414,9	176,9
Transferências a municípios – fundo a fundo	501,4	490,1	139,3	97,4	49,7	725,6	591,7	93,8	398,4	164,1	2.039,5	2.026,6	0,0	729,9	342,2
A definir	328,8	0,0	0,0	0,0	0,0	282,7	0,0	0,0	0,0	0,0	254,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Execução orçamentária delegada a municípios	186,5	99,1	2,1	0,0	0,0	275,3	269,9	1,4	97,0	73,2	159,0	158,7	15,4	292,2	146,9
Transferências aos estados e ao DF – fundo a fundo	104,9	99,5	31,5	27,8	23,3	86,4	56,3	4,4	72,0	57,9	157,8	152,9	0,0	64,1	31,3
Execução orçamentária delegada aos estados e ao DF	60,0	49,8	4,4	0,0	0,0	29,3	26,7	2,0	45,4	26,6	9,0	8,4	0,0	43,2	10,9
Transferências a instituições multigovernamentais	10,0	7,0	0,0	2,7	0,8	0,0	0,0	0,0	8,9	0,3	11,8	10,2	0,0	1,6	0,2
Demais	13,6	2,0	0,1	1,3	0,5	10,3	8,2	0,5	2,7	1,2	6,3	1,4	0,2	8,9	6,7
Total	8.393,4	3.983,7	288,6	7.266,7	2.221,9	8.453,5	5.057,6	139,6	7.768,3	2.273,6	8.241,7	5.876,2	125,7	9.443,2	2.214,7

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 31/10/2015

Tabela 20 – Execução orçamentária das emendas individuais por modalidade de aplicação entre janeiro e outubro

Valores em milhões de reais

Modalidade de aplicação	2013					2014					2015				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Transferências a municípios	5.468,5	1.795,7	2,1	5.619,4	1.177,1	4.442,3	2.364,0	3,2	6.819,8	1.104,9	4.299,5	621,4	0,5	7.355,1	1.352,9
Transferências a municípios – fundo a fundo	570,7	563,0	0,0	398,4	141,6	1.612,2	1.597,0	0,0	729,9	323,5	2.239,7	428,1	0,0	2.406,3	449,3
Transferências aos estados e ao DF	653,9	145,1	0,0	723,7	144,0	417,2	156,5	0,0	696,9	131,9	604,7	25,8	0,0	634,9	111,2
Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	429,5	110,3	1,2	467,4	190,8	712,9	278,8	3,3	371,5	113,0	1.063,3	5,2	0,0	659,1	326,5
Aplicações diretas	448,0	163,5	6,7	333,4	156,7	356,8	184,0	7,1	414,9	161,4	571,8	82,9	9,4	474,2	184,8
A definir	522,8	0,0	0,0	0,0	0,0	419,9	0,0	0,0	0,0	0,0	392,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Execução orçamentária a municípios	231,1	192,8	0,0	97,0	39,6	144,7	144,4	0,0	292,2	85,5	34,7	28,2	0,0	277,6	63,1
Transferências aos estados e ao DF – fundo a fundo	74,8	71,2	0,0	72,0	57,9	96,5	92,0	0,0	64,1	21,1	433,5	22,2	0,0	183,2	17,8
Execução orçamentária delegada aos estados e ao DF	25,3	20,3	0,0	45,4	9,8	11,8	11,2	0,0	43,2	7,8	3,1	3,1	0,0	30,2	2,5
Transferências a instituições multigovernamentais	0,0	6,1	0,0	2,2	0,7	5,8	0,0	0,0	7,3	4,4	14,6	0,3	0,0	2,0	0,0
Demais	0,6	0,6	0,5	9,4	0,5	10,9	8,8	0,1	3,2	1,4	8,5	0,4	0,0	12,2	2,9
Total	8.425,1	3.068,4	10,5	7.768,3	1.918,6	8.230,9	4.836,7	13,8	9.443,2	1.955,1	9.665,4	1.217,6	9,8	12.034,9	2.510,9

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 31/10/2015.

2.8 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por GND

A tabela 21 mostra a execução das dotações decorrentes de emendas individuais por GND. A maior parte das emendas incide sobre os investimentos.

Tabela 21 – Execução orçamentária das emendas individuais por GND

Valores em milhões de reais

GND	2012					2013					2014				
	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Pessoal e encargos sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras despesas correntes	958,3	291,4	24,8	433,8	117,3	650,3	263,0	12,3	483,3	156,9	909,8	501,9	18,2	497,2	150,9
Investimentos	7.432,6	3.691,3	262,8	6.826,3	2.098,1	7.796,9	4.788,3	127,2	7.285,0	2.116,7	7.329,9	5.372,8	106,1	8.939,9	2.063,7
Inversões financeiras	2,6	1,0	1,0	6,5	6,5	6,4	6,3	0,2	0,0	0,0	2,0	1,4	1,4	6,1	0,0
Total	8.393,4	3.983,7	288,6	7.266,7	2.221,9	8.453,5	5.057,6	139,6	7.768,3	2.273,6	8.241,7	5.876,2	125,7	9.443,2	2.214,7

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 31/10/2015.

Tabela 22 – Execução orçamentária das emendas individuais por GND entre janeiro e outubro

Valores em milhões de reais

GND	2013				2014				2015			
	Autorizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Pessoal e encargos sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras despesas correntes	667,4	4,9	483,3	137,0	909,0	8,6	497,2	118,0	1.529,5	6,9	769,5	240,4
Investimentos	7.762,1	5,4	7.285,0	1.781,6	7.319,9	5,1	8.939,9	1.837,1	8.119,3	2,9	11.259,3	2.264,4
Inversões financeiras	5,9	0,2	0,0	0,0	2,0	0,0	6,1	0,0	16,6	0,0	6,1	6,1
Total	8.435,4	10,5	7.768,3	1.918,6	8.230,9	13,8	9.443,2	1.955,1	9.665,4	9,8	12.034,9	2.510,9

Fonte: Siga (20/11/2015).

Execução até 31/10/2015.

3

Execução orçamentária e financeira das

EMENDAS COLETIVAS

3.1 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas

Tabela 23 – Execução das emendas coletivas (valores nominais)

Valores em milhões de reais

Execução	Item	2012	2013	2014
No exercício	Dotação inicial	10.761,4	10.433,2	8.048,6
	Autorizado	10.706,0	10.350,9	8.049,6
	Empenhado	781,3	135,3	167,1
	Pago	119,0	27,7	17,5
RAP	Inscrito	3.308,7	2.587,9	1.848,0
	Cancelado	309,5	185,3	190,0
	Pago	1.073,6	662,1	411,2
	A pagar	1.925,6	1.740,4	1.246,8

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 31/10/2015.

Tabela 24 – Execução das emendas coletivas entre janeiro e outubro

Valores em milhões de reais

Execução	Item	2013	2014	2015
No exercício	Dotação inicial	10.433,2	8.048,6	7.948,1
	Autorizado	10.429,2	8.050,8	7.941,0
	Empenhado	51,0	64,8	25,2
	Pago	1,8	15,0	1,4
RAP	Inscrito	2.587,9	1.848,0	1.286,0
	Pago	537,1	300,6	151,8
	Cancelado	70,9	78,6	98,7
	A pagar	1.979,9	1.468,9	1.035,5

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 31/10/2015.

3.2 Valores empenhados mensalmente relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas

Nos últimos exercícios, as programações derivadas de emendas coletivas têm sido quase totalmente contingenciadas, o que reflete nos valores mensais de empenho.

Tabela 25 – Valores empenhados mensalmente

Valores em milhões de reais

Mês	2013	2014	2015
Janeiro	0,0	0,0	0,0
Fevereiro	0,0	25,2	0,0
Março	0,0	9,3	0,0
Abril	0,0	1,0	0,0
Maio	0,6	0,0	0,8
Junho	0,2	0,5	0,6
Julho	10,8	3,0	0,2
Agosto	28,6	24,7	0,5
Setembro	1,5	1,2	0,1
Outubro	9,2	0,0	0,0
Novembro	3,5	0,1	0,0
Dezembro	80,8	102,2	0,0
Total	135,3	167,1	6,5
Total/RCL do ano anterior (%)	0,02	0,03	0,00

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 30/10/2015.

3.3 Valores empenhados, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas

A tabela 26 foi construída com os valores de empenhos, acumulados mês a mês, para os exercícios selecionados, a fim de mostrar, de forma segregada, o impacto dos empenhos efetuados mensalmente.

Tabela 26 – Valores empenhados, acumulados mensalmente

Valores em milhões de reais

Mês	2013				2014				2015			
	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado	% RCL ano anterior
Janeiro	0,0	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	0,0	0,00	0,00	0,00	25,2	15,10	0,3	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00
Março	0,0	0,00	0,00	0,00	34,5	20,65	0,4	0,01	0,0	0,00	0,00	0,00
Abril	0,0	0,00	0,00	0,00	35,5	21,22	0,4	0,01	0,0	0,86	0,00	0,00
Maiο	0,6	0,47	0,01	0,00	35,5	21,22	0,4	0,01	0,8	36,42	0,01	0,00
Junho	0,9	0,65	0,01	0,00	36,0	21,52	0,4	0,01	1,5	63,03	0,02	0,00
Julho	11,7	8,65	0,11	0,00	38,9	23,30	0,5	0,01	1,7	71,26	0,02	0,00
Agosto	40,3	29,82	0,39	0,01	63,6	38,09	0,8	0,01	2,2	93,78	0,03	0,00
Setembro	41,8	30,92	0,40	0,01	64,8	38,80	0,8	0,01	2,3	100,00	0,03	0,00
Outubro	51,0	37,70	0,49	0,01	64,8	38,80	0,8	0,01	2,3	100,00	0,03	0,00
Novembro	54,5	40,30	0,53	0,01	64,9	38,86	0,8	0,01	-	-	-	-
Dezembro	135,3	100,00	1,31	0,02	167,1	100,00	2,1	0,03	-	-	-	-

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 30/10/2015.

3.4 Valores pagos mensalmente, inclusive restos a pagar, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas

Diferentemente do cronograma de empenho, os pagamentos relativos às emendas coletivas mostram-se mais regulares e distribuídos ao longo de todos os meses porque dependem da execução física e de medições de um grande número de contratos e convênios. O mesmo efeito foi observado ao se comparar o cronograma de empenho e o pagamento das emendas individuais.

Tabela 27 – Valores pagos mensalmente

Valores em milhões de reais

Mês	2013	2014	2015
Janeiro	20,9	33,4	47,5
Fevereiro	33,3	52,1	10,3
Março	50,6	13,1	16,9
Abril	69,2	36,2	4,4
Maio	108,0	64,0	2,3
Junho	67,0	14,9	9,9
Julho	64,0	19,4	12,1
Agosto	52,2	28,3	23,0
Setembro	29,2	32,1	20,6
Outubro	44,6	22,1	0,0
Novembro	40,5	95,9	0,0
Dezembro	110,4	17,2	0,0
Total	689,9	428,7	153,7
Total/RCL do ano anterior (%)	0,11	0,07	0,02

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 30/10/2015.

3.5 Valores pagos, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas

A tabela 28 foi construída com os valores pagos, acumulados mês a mês, para os exercícios selecionados, mostrando-se adicionalmente os percentuais acumulados.

Tabela 28 – Valores pagos, acumulados mensalmente

Valores em milhões de reais

Ano	2013			2014			2015		
	Valores nominais	% Pago	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Pago	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Pago	% RCL ano anterior
Janeiro	20,9	3,03	0,00	33,4	7,78	0,01	47,5	32,30	0,01
Fevereiro	54,2	7,86	0,01	85,5	19,93	0,01	57,8	39,32	0,01
Março	104,8	15,19	0,02	98,6	23,00	0,02	74,7	50,82	0,01
Abril	174,0	25,22	0,03	134,8	31,45	0,02	79,2	53,82	0,01
Maiο	281,9	40,87	0,05	198,9	46,38	0,03	81,4	55,37	0,01
Junho	349,0	50,59	0,06	213,8	49,86	0,03	91,3	62,09	0,01
Julho	413,0	59,86	0,07	233,1	54,38	0,04	103,5	70,34	0,02
Agosto	465,1	67,43	0,08	261,4	60,98	0,04	126,4	85,96	0,02
Setembro	494,4	71,66	0,08	293,6	68,48	0,04	147,1	100,00	0,02
Outubro	538,9	78,12	0,09	315,6	73,62	0,05	147,1	100,00	0,02
Novembro	579,5	84,00	0,09	411,5	95,99	0,06	-	-	-
Dezembro	689,9	100,00	0,11	428,7	100,00	0,07	-	-	-

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 30/10/2015.

Tabela 29 – Pagamentos efetuados entre janeiro e outubro

Valores em milhões de reais

Execução Financeira		2013	2014	2015
Valores nominais	Pago no ano	1,8	15,0	1,4
	Restos a pagar	537,1	300,6	151,8
	Total	538,9	315,6	153,2
% RCL do ano anterior	Pago no ano	0,00	0,00	0,00
	Restos a pagar	0,09	0,05	0,02
	Total	0,09	0,05	0,02

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 30/10/2015.

3.6 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por órgão

A tabela 30 mostra os pagamentos de dotações decorrentes de emendas coletivas, inclusive de restos a pagar inscritos de anos anteriores, para os exercícios selecionados. O exame da execução por órgão permite constatar as diferenças quanto à taxa de execução orçamentária e financeira.

Tabela 30 – Execução orçamentária das emendas coletivas por órgão

Valores em milhões de reais

Órgão	2012					2013					2014				
	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Ministério das Cidades	1.644,3	8,0	0,0	608,2	144,8	2.571,7	0,0	0,0	400,8	101,7	1.497,3	0,0	0,0	294,0	18,5
Ministério da Saúde	1.613,2	234,2	11,2	654,6	146,8	2.026,3	0,0	0,0	709,1	177,5	1.319,8	0,0	0,0	502,5	185,5
Ministério do Turismo	796,9	40,0	0,0	499,4	134,8	846,9	0,0	0,0	372,6	39,1	322,4	0,0	0,0	316,9	31,8
Ministério do Esporte	175,7	0,0	0,0	117,9	16,7	230,5	0,0	0,0	97,9	9,4	139,3	0,0	0,0	64,1	11,4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	394,6	0,0	0,0	179,4	137,3	227,9	0,0	0,0	40,5	9,5	220,6	0,0	0,0	16,7	4,2
Ministério da Integração Nacional	1.392,3	22,2	0,0	301,8	58,4	1.136,8	0,0	0,0	229,0	40,1	1.086,7	0,0	0,0	187,8	12,6
Ministério da Educação	880,7	302,9	95,1	179,4	120,7	803,0	0,0	0,0	257,3	158,3	774,1	0,0	0,0	90,5	60,0
Ministério da Defesa	91,0	0,0	0,0	51,6	13,5	274,3	0,0	0,0	31,1	11,6	317,2	2,4	2,4	11,3	3,4
Ministério do Desenvolvimento Agrário	236,2	0,0	0,0	25,1	25,1	177,0	0,0	0,0	0,0	0,0	74,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	26,8	0,0	0,0	0,0	0,0	19,5	0,0	0,0	0,0	0,0	13,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	3.454,3	173,9	12,8	691,2	275,4	2.036,9	135,3	27,7	449,5	114,8	2.284,3	164,7	15,2	364,2	83,7
Total	10.706,0	781,3	119,0	3.308,7	1.073,6	10.350,9	135,3	27,7	2.587,9	662,1	8.049,6	167,1	17,5	1.848,0	411,2

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 31/10/2015

Tabela 31 – Execução orçamentária das emendas coletivas por órgão entre janeiro e outubro

Valores em milhões de reais

Órgão	2013					2014					2015				
	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Ministério dos Transportes	938,6	0,0	0,0	42,3	202,8	1.375,3	52,5	11,5	107,9	34,5	1.449,8	0,0	0,0	12,5	1,5
Ministério das Cidades	2.571,7	0,0	0,0	86,9	400,8	1.497,3	0,0	0,0	294,0	18,5	1.365,2	0,0	0,0	267,0	23,2
Ministério da Saúde	2.009,3	0,0	0,0	132,0	709,1	1.319,8	0,0	0,0	502,5	92,9	1.302,1	0,0	0,0	311,3	56,5
Ministério da Integração Nacional	1.136,8	0,0	0,0	35,1	229,0	1.086,7	0,0	0,0	187,8	12,6	845,2	0,0	0,0	154,0	11,5
Ministério da Educação	830,2	0,0	0,0	142,9	257,3	774,1	0,0	0,0	90,5	56,9	704,7	0,0	0,0	23,1	5,5
Ministério da Justiça	204,0	0,0	0,0	0,2	11,9	218,3	0,0	0,0	38,5	16,6	460,1	0,0	0,0	41,4	0,0
Ministério do Turismo	846,9	0,0	0,0	32,0	372,6	322,4	0,0	0,0	316,9	31,5	355,5	0,0	0,0	287,6	13,2
Ministério da Defesa	274,3	0,0	0,0	8,9	31,1	304,9	2,4	2,4	11,3	3,3	345,0	0,0	0,0	7,9	2,1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	227,9	0,0	0,0	9,4	40,5	220,6	0,0	0,0	16,7	0,9	216,2	0,0	0,0	12,5	0,4
Justiça Federal	20,0	10,0	1,1	1,8	3,0	39,8	1,1	0,4	17,9	2,8	141,8	1,5	1,0	5,1	4,1
Demais	1.369,4	41,0	0,8	45,6	329,8	891,6	8,8	0,8	264,0	30,1	755,3	23,7	0,4	163,5	33,9
Total	10.429,2	51,0	1,8	537,1	2.587,9	8.050,8	64,8	15,0	1.848,0	300,6	7.941,0	25,2	1,4	1.286,0	151,8

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 31/10/2015.

3.7 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por modalidade de aplicação

A tabela 32 mostra os valores autorizados, empenhados, pagos e RAP por modalidade de aplicação para os exercícios selecionados.

Tabela 32 – Execução orçamentária das emendas coletivas por modalidade de aplicação

Valores em milhões de reais

Modalidade de aplicação	2012					2013					2014				
	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Transferências a municípios	1.508,9	47,6	20,5	1.297,8	443,7	2.962,0	0,0	0,0	760,5	113,5	1.814,0	0,0	0,0	566,4	49,0
Transferências aos estados e ao DF	5.019,4	267,9	63,0	1.295,8	285,2	4.830,1	0,0	0,0	1.070,9	227,5	2.877,6	0,0	0,0	796,5	220,2
Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	154,5	26,6	0,0	61,7	9,1	123,2	0,0	0,0	77,7	5,6	185,0	0,0	0,0	72,0	34,3
Aplicações diretas	3.936,6	392,9	35,5	496,6	257,7	2.298,6	135,3	27,7	553,7	272,5	2.860,0	167,1	17,5	342,5	102,9
Transferências a municípios – fundo a fundo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
A definir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Execução orçamentária delegada a municípios	11,8	11,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,8	0,0	0,0	0,0	0,0	11,8	0,0
Transferências aos estados e ao DF – fundo a fundo	30,1	24,3	0,0	38,7	38,7	0,0	0,0	0,0	24,3	20,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Execução orçamentária delegada aos estados e ao DF	44,4	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	9,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0
Transferências a instituições multigovernamentais	0,0	0,0	0,0	71,0	0,0	0,0	0,0	0,0	71,0	13,5	0,0	0,0	0,0	50,0	3,8
Demais	0,2	0,2	0,0	47,2	39,3	116,7	0,0	0,0	8,0	0,2	313,0	0,0	0,0	7,8	0,0
Total	10.706,0	781,3	119,0	3.308,7	1.073,6	10.350,9	135,3	27,7	2.587,9	662,1	8.049,6	167,1	17,5	1.848,0	411,2

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 31/10/2015.

Tabela 33 – Execução orçamentária das emendas coletivas por modalidade de aplicação entre janeiro e outubro

Valores em milhões de reais

Modalidade Aplicação	2013					2014					2015				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Transferências a municípios	2.982,3	0,0	0,0	760,5	99,1	1.814,0	0,0	0,0	566,4	38,0	1.497,3	0,0	0	482,3	43,5
Transferências a municípios – fundo a fundo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Transferências aos estados e ao DF	4.857,3	0,0	0,0	1.070,9	167,8	2.877,6	0,0	0,0	796,5	140,3	3.525,2	0,0	0	556,1	42,5
Transferências a instituições privadas sem fim lucrativos	123,2	0,0	0,0	77,7	5,6	185,0	0,0	0,0	72,0	24,3	89,5	0,0	0	37,5	29,8
Aplicações diretas	2.349,7	51,0	1,8	553,7	230,6	2.861,2	64,8	15,0	342,5	93,3	2.779,0	25,2	1,4	156,0	35,6
A definir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Execução orçamentária delegada a municípios	0,0	0,0	0,0	11,8	0,0	0,0	0,0	0,0	11,8	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Transferências aos estados e ao DF – fundo a fundo	0,0	0,0	0,0	24,3	20,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Execução orçamentária delegada aos estados e ao DF	0,0	0,0	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Transferências a instituições multigovernamentais	116,7	0,0	0,0	7,8	0,0	313,0	0,0	0,0	7,8	0,0	50,0	0,0	0	7,8	0,5
Demais	0,0	0,0	0,0	71,2	13,7	0,0	0,0	0,0	50,0	3,8	0,0	0,0	0	46,2	0,0
Total	10.429,2	51,0	1,8	2.587,9	537,1	8.050,8	64,8	15,0	1.848,0	300,6	7.941,0	25,2	1,4	1.286,0	151,8

Fonte: Siga (20/11/2015).
Execução até 31/10/2015

3.8 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por GND

As tabelas 34 e 35 mostram os pagamentos de dotações decorrentes de emendas coletivas, inclusive de restos a pagar inscritos de anos anteriores, por GND, para os exercícios selecionados.

Tabela 34 – Execução orçamentária das emendas coletivas por GND

Valores em milhões de reais

GND	2012					2013					2014				
	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Pessoal e encargos sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras despesas correntes	587,5	49,5	8,4	104,9	30,4	726,6	21,4	0,0	91,3	22,4	516,3	0,0	0,0	83,6	23,4
Investimentos	10.087,9	731,7	110,6	3.164,8	1.004,2	9.581,8	82,2	4,7	2.496,6	639,7	7.370,9	121,5	17,5	1.755,7	387,8
Inversões financeiras	18,5	0,0	0,0	39,0	39,0	42,5	31,7	23,0	0,0	0,0	137,4	45,6	0,0	8,7	0,0
Reserva de contingência	12,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	10.706,0	781,3	119,0	3.308,7	1.073,6	10.350,9	135,3	27,7	2.587,9	662,1	8.049,6	167,1	17,5	1.848,0	411,2

Fonte: Siga (20/11/2015).

Execução até 31/10/2015.

Tabela 35 – Execução orçamentária das emendas coletivas por GND entre janeiro e outubro

Valores em milhões de reais

GND	2013					2014					2015				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Pessoal e encargos sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras despesas correntes	732,2	0,0	0,0	91,3	21,8	516,3	0,0	0,0	83,6	12,3	525,2	0,6	0,1	82,3	17,8
Investimentos	9.654,5	51,0	1,8	2.496,6	515,3	7.372,4	64,8	15,0	1.755,7	288,3	7.355,8	24,6	1,3	1.203,6	134,0
Inversões financeiras	42,5	0,0	0,0	0,0	0,0	137,1	0,0	0,0	8,7	0,0	60,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reserva de contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	10.429,2	51,0	1,8	2.587,9	537,1	8.050,8	64,8	15,0	1.848,0	300,6	7.941,0	25,2	1,4	1.286,0	151,8

Fonte: Siga (20/11/2015).

Execução até 31/10/2015.